

Estados apelam a FHC contra poderes

Governadores querem maior controle dos gastos do Legislativo e do Judiciário

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Os governos estaduais não querem mais arcar sozinhos com a responsabilidade pelo desequilíbrio das finanças. Eles querem dividir com o Legislativo e o Judiciário o desgaste político do ajuste fiscal exigido pelo governo federal, que pesa mais em período pré-eleitoral. Como não possuem qualquer controle sobre os gastos desses dois poderes, os governadores querem que o presidente Fernando Henrique Cardoso, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento e Orçamento, Antonio Kandir passem a envolvê-los na estratégia de contenção do déficit público.

O Piauí já fez uma proposta concreta nesse sentido à equipe econômica. Sugeriu que Malan e Kandir reunissem em Brasília os representantes do Legislativo, Judiciário e Tribunais de Contas para pedir "compreensão imperiosa na contenção de gastos em 1998", segundo o secretário estadual da Fazenda, Paulo de Tarso de Moraes Souza. O momento é considerado ideal para definir a situação do próximo ano, pois estão sendo elaborados os orçamentos. "As greves das polícias deve servir de alerta para evitar problemas semelhantes", afirmou o secretário.

A dívida do Piauí								
(Em R\$ milhões; relação entre dívida e receita)								
Dezembro/1994			Dezembro/1995			Dezembro/1996		
Receita líquida (A)	Estoque da dívida (B)	B:A	Receita líquida (A)	Estoque da dívida (B)	B:A	Receita líquida (A)	Estoque da dívida (B)	B:A
308	974	3;1	693	1.400	2;1	843	1.549	1,8:1

Fontes: Balanço Geral do Estado e Divisão da Dívida Pública - SEFAZ-PI. Estoques da dívida pública do estado entendido como sendo o saldo devedor das operações, junto à União e aos bancos, e dos parcelamentos dos encargos sociais, pagamentos de pessoal, fornecedores, empreiteiros, precatórios e outros. Receita Líquida (RL) = Receita total - Transferência aos Municípios.

O envolvimento do Judiciário e do Legislativo no ajuste fiscal serviria de ponte até a aprovação da reforma administrativa, que tiraria dos estados uma "faca no peito" – a autonomia desses dois poderes de estabelecer reajustes salariais para si próprios. A emenda constitucional em tramitação no Congresso estabelece um teto salarial para o Executivo, Judiciário e Legislativo – o salário de ministro do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 12,7 mil. Num estado pequeno como o Piauí, do total de R\$ 56,5 milhões de despesas médias mensais neste ano, R\$ 11 milhões são de repasse a outros poderes.

Para exemplificar o peso dos gastos desses poderes nas finanças estaduais, os especialistas sempre citam o caso de São Paulo. Enquanto as

despesas do Executivo representavam 94,6% em 1985 da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dez anos depois (em 1995), o percentual caiu para 84,12%. Já o Judiciário, que em 1985 participava com 3,72%, elevou o percentual para 10,86% em 1995. No mesmo período, essa relação, no Legislativo, passou de 0,88% para 1,79%. O Ministério Público, que gastava 0,79% da arrecadação, consumia dez anos depois 3,23%.

Segundo Paulo de Tarso, uma abrangência mais ampla dos poderes no combate ao desequilíbrio das finanças públicas se faz necessária para suprir a falta de estratégia para a transição de uma economia com inflação alta para a estabilidade. Ele lembra que o Plano Real, se por um

lado melhorou significativamente o desempenho da arrecadação, por outro tirou uma importante fonte de receita dos estados – os ganhos inflacionários, que cobriam até três folhas de pessoal por ano, além de corroer o valor real de despesas de custeio.

O governador do Piauí, Francisco de Assis Moraes Souza (PMDB) está tentando um novo acordo de renegociação das dívidas com o governo federal. "A União devia ter o mesmo vigor e a mesma sensibilidade com que atendera o sistema financeiro, evitando maiores prejuízos para o país", afirmou Paulo de Tarso. Ele acrescenta que o esforço da atual administração para melhorar o desequilíbrio pode ser atestada pela relação entre a receita e o estoque da dívida.